

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES SOBRE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alice de Miranda Lima*

Roseane Santana da Silva**

Jurandir de Almeida Araújo***

RESUMO:

O racismo é um mal que permeia a sociedade brasileira. Atitudes e práticas racistas fazem-se presentes em todos os espaços de interação social e no ambiente escolar não é diferente, inclusive na escola da educação infantil. Assim, é objetivo deste artigo analisar situações de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no ambiente escolar da Educação Infantil e as ações de intervenção adotadas pelas professoras. Metodologicamente ancorado na pesquisa qualitativa, traz para a reflexão relatos de experiências de professoras, que atuam nessa etapa da educação, acerca de situações preconceituosas e/ou discriminatórias envolvendo os pequenos no cotidiano escolar. O estudo evidenciou que o racismo na educação infantil ocorre de várias maneiras, desde as relações interpessoais entre as crianças, ou dos adultos para com as crianças negras. E que é na hora do intervalo para o lanche, durante as brincadeiras, que mais ocorrem tais situações, que ferem a autoestima e imagem da criança negra e causam danos irreparáveis no seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Logo, a escola tem papel importante em fazer cumprir a lei 10.639/03 e da lei 11.645/08, pondo em prática uma educação das e paras as relações étnico-raciais, isto é, uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Infantil. Preconceito e Discriminação Racial. Educação Antirracista.

ABSTRACT:

Racism is an evil that permeates Brazilian society. Racist attitudes and practices are present in all spaces of social interaction and in the school environment is no different, including in the early childhood school. Thus, the objective of this article is to analyze situations of prejudice and racial discrimination among young children in the school environment of Early Childhood Education and the intervention actions adopted by teachers. Methodologically anchored in qualitative research, it brings to the reflection reports of experiences of teachers, who work in this stage of education, about prejudiced and / or discriminatory situations involving the little ones in the school routine. The study showed that racism in early childhood education occurs in many ways, from interpersonal relationships between children, or from adults to black children. And it is at the time of the

* Graduada em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu (FVC), professora de uma escola comunitária na cidade de Salvador, Bahia. E-mail: limaalicemiranda@gmail.com;

** Graduada em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu (FVC), professora de uma escola comunitária na cidade de Salvador, Bahia. E-mail: roseanesantanads@gmail.com;

*** Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade, do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). E-mail: juran-araujo@hotmail.com.

snack break, during games, that such situations occur most, which hurt the black child's self-esteem and image and cause irreparable damage to their intellectual, social and emotional development. Therefore, the school has an important role in enforcing Law 10.639 / 03 and Law 11.645 / 08, putting into practice an education of and for ethnic-racial relations, that is, an anti-racist education.

Keywords: Child education. Prejudice and Racial Discrimination. Anti-Racist Education.

INTRODUÇÃO

O racismo manifesto por meio de atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias está presente no cotidiano dos brasileiros. Em todos os espaços de interação social, e no ambiente escolar não tem sido diferente, percebe-se que práticas e atitudes racistas ainda são comuns e, por vezes, naturalizadas. Exerce uma influência negativa no processo de aprendizagem dos estudantes negros e gera conflitos nas relações sociais estabelecidas entre brancos e não brancos. Fato esse que exige dos profissionais que atuam na escola, em particular da coordenação pedagógica e dos professores, o desenvolvimento de ações intervecionistas de combates a tais práticas e atitudes, assim como a promoção de uma educação antirracista, isto é, uma educação das e para as relações étnico-raciais como preconiza a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08.

Promover a educação antirracista deve ser um compromisso de todos os envolvidos, direta e indiretamente, com o processo educacional. Faz-se urgente a efetivação das leis supracitadas e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais no cotidiano da sala de aula, pois a maioria das escolas brasileiras permanecem ainda desenvolvendo atividades contemplativas da diversidade étnica e cultural de forma pontual, em datas comemorativas como 19 de abril (dia do índio), 13 de maio (abolição da escravidão), 22 de agosto (dia do folclore), 20 de novembro (dia da consciência negra), e muitas vezes de maneira superficial e descontextualizada (ARAÚJO, GIUGLIANI, 2014).

Fazer valer a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 e suas respectivas diretrizes no currículo escolar e nas ações educativas desenvolvidas pela escola, de forma contínua ao longo do ano letivo, ainda é um grande desafio no pensar e fazer educacional das instituições de ensino

brasileiras (ARAÚJO, GIUGLIANI, 2014). Nesta direção, Cavalleiro (2001, p. 153) pontua que “a ausência de iniciativa diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação diante desse conflito, o ‘silêncio’ revela convivência com tais procedimentos”. Nesta perspectiva, compreendemos que a escola precisa garantir a todos e todas uma educação antirracista, de qualidade, de modo a oferecer oportunidades para que todos os alunos e alunas possam desenvolver as suas potencialidades em todos os aspectos, tais como o social, profissional, intelectual e também afetivo e emocional.

Para tanto, faz-se necessário que o currículo escolar contemple, valorize e respeite os estudantes em suas diferenças e diversidades. E, desta forma, desenvolver uma ação educativa que percebe os sujeitos na sua singularidade e pluralidade, ampliando horizontes e concepções de mundo, bem como comprometida com a desconstrução de preconceitos e práticas racistas, sexistas, misóginas, entre outras formas de discriminação para com os sujeitos e grupos historicamente discriminados na nossa sociedade. Em particular para com os negros e negras que ao longo da história do Brasil tem sido vítimas do

rascimo, marginalizados e, em muitas situações, excluídos dos espaços socialmente mais valorizados.

A escola, enquanto espaço de formação para o exercício pleno da cidadania, tem por obrigação combater o racismo e isso só é possível pondo em prática uma proposta pedagógica contemplativa da diversidade étnica e cultura em todos os níveis e modalidades de ensino, ou seja, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. É, justamente, nesta perspectiva que nos propomos a discutir neste estudo sobre relatos de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no contexto escolar da Educação Infantil e as possibilidades de intervenção.

O interesse por essa temática surge das nossas observações durante os estágios supervisionados, do curso de pedagogia, realizados nas escolas da rede municipal de Salvador. Percebemos alguns gestos preconceituosos e atitudes racistas, a maioria das vezes de forma sutil, nas relações interpessoais de algumas crianças brancas para com as crianças negras e também de adultos. Gestos e atitudes que nos chamou a atenção por serem crianças tão pequenas, e ainda por passar despercebidos pelos adultos.

Diante do exposto, é que surge a questão problema que norteia este estudo: como ocorrem as situações de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no espaço da Educação Infantil? E parte da compreensão de que se o racismo é socialmente construído, pode ser desconstruído, pois, como bem disse Nelson Mandela:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

Por essa ótica, a escola se configura como um espaço importante para a desconstrução do racismo, de combate ao preconceito e a discriminação de qualquer tipo, de promoção, valorização e respeito a diversidade étnica e cultural que compõe a humanidade e a sociedade brasileira (ARAÚJO, 2015). Para isso, entendemos que a escola precisa se constituir como um espaço que estimule nos partícipes da ação educativa a reflexão crítica de que todos somos diferentes e precisamos ser respeitados na

nossa forma de ser, ver e compreender o mundo, caso contrário poderá configurar-se em um espaço de reprodução e manutenção do racismo, sexismo, machismo entre outros.

Nesta perspectiva, traçamos como objetivo geral deste estudo: Analisar situações de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no ambiente escolar da Educação Infantil e as ações de intervenção adotadas pelas professoras. E como objetivos específicos: Identificar situações de preconceito e discriminação racial entre as crianças no cotidiano da educação infantil; descrever as intervenções realizadas pelas professoras diante da ocorrência de tais situações.

Partimos da compreensão de que a escola se constitui como espaço ideal para a promoção, respeito e valorização da diversidade. E a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, um espaço em que a criança vivencia e aprende na interação com as diferentes presenças étnicas e culturais e, desta forma, conhecer a si mesmo e ao outro em sua singularidade e pluralidade, em sua forma de ver e compreender o mundo, precisa desenvolver uma educação na perspectiva multicultural e antirracista.

Partimos também da compreensão de que as escolas de educação infantil não estão de fora do contexto de situações envolvendo atos e práticas racistas entre as crianças pequenas (ARAÚJO, 2011). Desta forma, o presente estudo é de grande relevância social, de forma a refletirmos sobre o racismo na sociedade brasileira, onde nem as crianças pequenas estão livres de sofrer ou praticar atitudes racistas, assim como para nós educadoras e educadores refletirmos sobre nossa prática educativa, nossas ações e forma de intervir diante de atitudes e práticas racistas no ambiente escolar da educação infantil.

O estudo consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvida a partir de relatos de professoras da educação infantil sobre situações de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no espaço escolar. A opção por essa abordagem se deu por se trata de um método que estuda aspectos subjetivos, fenômenos sociais e do comportamento humano em determinado tempo, local e cultura. Segundo Minayo (2015, p. 21) “aborda temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas ao contrário estudam-se os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de

determinado grupo social.” Esse tipo de pesquisa é importante, pois busca compreender o comportamento humano e suas particularidades, experiências, valores e crenças.

Com base nos pressupostos teóricos de Minayo (2015), compreendemos que a abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador interagir diretamente com os sujeitos interlocutores com a pesquisa, coletar os dados no lócus onde a problemática acontece e analisar os dados levando em consideração as subjetividades dos colaboradores e dos envolvidos direta ou indiretamente com a investigação. No caso deste estudo, buscamos ouvir relatos de professoras que atuam na educação infantil para buscar as respostas para a problemática investigada.

Num primeiro momento, foi feito o levantamento de estudos que abordam sobre a temática em questão, em que selecionamos os teóricos que fundamentam a nossa discussão. O levantamento da literatura que versam sobre educação, racismo e relações étnico-racial na educação infantil é fundamental para conhecermos o que já se têm de estudos e pesquisas sobre o tema. Como observa Gil (2002, p. 41), o levantamento da literatura proporciona

ao pesquisador “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” Ou seja, permite obter informações para que o problema seja melhor compreendido e de embasamento teórico, pois como observa Minayo (2015) uma pesquisa sem fundamentação teórica é senso comum.

Após o levantamento da literatura, por meio da pesquisa na internet (artigos, teses, dissertações, livros digitais), biblioteca e empréstimos de particulares (livros), selecionamos os referenciais que abordam diretamente a temática em questão, em seguida fizemos a leitura e fichamento. Como pontuam Quivy e Campenhoudt (2008, p. 51), “selecionar muito cuidadosamente um pequeno número de leituras e se organizar para delas retirar o máximo proveito, o que implica um método de trabalho correctamente elaborado.” Feito isso, passamos para a escrita da revisão teórica fundamentada na literatura lida.

Num segundo momento, estabelecemos diálogo, por meio do WhatsApp, com sete professoras, de diferentes instituições de ensino, que atuam na educação infantil, em que procuramos saber delas se já tinham presenciado alguma situação de preconceito e/ou discriminação racial

entre crianças pequenas na unidade escolar onde trabalham. Todas responderam que sim. Após conversa inicial, as convidamos a participar da pesquisa, as quais cinco gentilmente aceitou o convite. Assim, pedimos a elas que descrevessem como aconteceu a situação e se foi feita alguma ação intervencionista e nos enviassem por e-mail. Uma das professoras descreveu uma situação envolvendo crianças de nove e dez anos de idade, como nosso foco era a educação infantil, esse relato não fez parte da análise.

As professoras que participaram da pesquisa todas são pedagogas e atuam na educação infantil. Duas são professoras da rede privada e três da rede pública. Três atuam a mais de vinte anos e duas a mais de quinze anos. Duas se declaram brancas e três se auto declaram negras. A autodeclaração de pertencimento étnico-racial colaborou de forma significativa, pois no decorrer dos relatos vieram a memória delas lembranças do tempo em que eram crianças e de estudantes, principalmente nas lembranças das professoras negras.

Num terceiro momento, de posse dos relatos das professoras, analisamos os casos de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas na

educação infantil. Cabe ressaltar que inicialmente pensamos em realizar um grupo focal com as professoras, mas diante do distanciamento social, em decorrência da pandemia da Covid-19, optamos pelo relato escrito.

1. RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Compreendemos que o racismo, o preconceito e a discriminação racial disseminado por meio de práticas e atitudes corriqueiras, causam danos irreparáveis na vida das pessoas e que, assim com a vítima, quem os praticam também sofrem as consequências dos seus atos. Mesmo sendo considerado como sentimentos e atitudes condenáveis, têm sido algo trivial na sociedade brasileira, inclusive no cotidiano escolar onde se espera que não aconteça, muito mais do que imaginamos. Isto porque o espaço escolar é constituído de uma grande diversidade de sujeitos, cada um com sua história, cultura e concepção de mundo. O que não justifica o racismo, o preconceito e a discriminação racial.

O preconceito racial, segundo Almeida (2019, p. 32), “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo

racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” Uma opinião formada sobre uma pessoa ou grupo de sujeitos sem antes conhecê-lo. Um julgamento superficial e perigoso, baseado em achismo e estereótipos. Uma forma que muitas pessoas encontram para tentar negar a humanidade do outro, comparando-o por meio de seus atributos físicos, estéticos, culturais.

A discriminação racial, por sua vez, pontua Almeida (2019, p. 32), “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de um grupo racialmente identificado.” Em outras palavras, a pessoa discriminada recebe um tratamento diferenciado dos demais sujeitos que estão ao seu redor, podendo levar até mesmo para a violência e trazendo consequências para ambas as partes. Para Silva (2001, p. 75) a discriminação racial:

[...] é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado.

Podemos perceber que o preconceito e a discriminação racial estão sempre interligados com o modo de ser, pensar e agir de cada um correlacionado a uma crença coletiva. Se manifesta nas relações interpessoais e institucionais de forma sistêmica e estrutural. Logo, combatê-los configura-se como uma ação que envolve lidar com o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira e a humanidade. Uma tarefa que envolve todas as pessoas desde a mais tenra idade. Sabemos que:

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa (BRASIL, 2004, p. 14).

A partir desse entendimento, a escola, enquanto espaço de formação para a vida em sociedade, tem por obrigação promover uma educação antirracista, que

contemple, respeite e valorize a diversidade étnica e cultural. Precisa ser um espaço de desconstrução e não de reprodução do racismo (ARAÚJO, GIUGLIANI, 2014). É essa a educação que se espera ser colocada em prática nas instituições de ensino. Por ser um espaço onde a diversidade se faz presentes e interagindo de forma intensa, densa e muitas vezes conflituosa, precisa estar atenta às situações de preconceito e discriminação racial que ocorrem em seu interior e fora dele. Como observa Cavalleiro (2005, p. 68):

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra.

Podemos dizer que se a escola, assim como as demais instituições sociais, está repleto de situações de preconceito e discriminação, principalmente para com

os diferentes, como observa Cavalleiro na citação acima, espera-se que ela proporcione a todos os envolvidos com o processo educativo uma ação didática pedagógica que possibilite uma interação em que todos aprendam uns com o outros. É papel da escola mediar e equilibrar os conflitos que ocorrem em seu espaço. Conflitos muitas vezes silenciados.

Em 2003, a lei 10.639/03 tornou obrigatório a inclusão nos currículos das escolas da rede pública e da rede privada, do ensino fundamental e médio, o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileira. Cinco anos depois, a Lei 11.645, a complementa incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e culturas dos povos indígenas. E, assim, passamos a vislumbrar a promoção de uma educação antirracista, isto é, uma educação das e paras as relações étnico-raciais, contemplativa da diversidade étnico-racial e cultural que compõe o Brasil. Compreendemos que para as referidas leis se efetivem no cotidiano da sala de aula, alguns obstáculos precisam ser superados, dentre eles a falta de formação inicial e continuada dos professores. As lacunas na formação docente e a falta de material pedagógico apropriado são apontados como fatores

que dificultam a promoção da educação antirracista.

Outro obstáculo são as questões religiosas, pois os valores e crenças adentram no ambiente escolar e acabam interferindo nas aulas com posturas preconceituosas de alunos ou professores. Ao falar das religiões de matrizes africanas expressões como macumbeiro, feiticeiros são frequentes no vocabulário popular que acabam reforçando o preconceito e a discriminação com os seus adeptos. Na educação infantil, essas expressões também se fazem presente, pois crianças que acompanham seus pais aos centros de candomblé são discriminadas por parte de outras crianças ou até mesmo por adultos de outras religiões.

Durante a comemoração do dia do folclore em uma escola comunitária, onde uma das autoras da pesquisa trabalha, ocorreu uma situação que lhe chamou a atenção, uma auxiliar de classe se vestiu de baiana para entregar os acarajés que foram distribuídos pela escola, uma aluna de cinco anos, que sempre demonstrou carinho pela auxiliar, mudou sua postura depois de vê-la vestida de baiana e disse para uma coleguinha que não gostava de “macumbeira”. Postura essa, provavelmente apreendida no meio

familiar e reproduzida pela criança no espaço escolar. Teve ainda o fato de que duas crianças não comeram o acarajé porque, segundo elas, a mãe não deixa.

A intolerância religiosa dificulta o trabalho dos professores em abordar a temática africana, suas culturas, suas culinárias e suas religiosidades, pois a visão negativa da África construída historicamente menospreza toda a riqueza cultural vinda desse continente. Diante essa realidade, é imprescindível que a escola proporcione um ambiente intercultural, um espaço onde as diferentes culturas possam dialogar entre si de forma que uma não se sobressair a outra, silenciando-as ou anulando-as como tem sido com as culturas africanas, a cultura afro-brasileira e as culturas dos povos indígenas.

Embora existam os desafios, os professores não podem se negar a promover uma educação antirracista, que contempla, respeita e valoriza a história e as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas, buscando desconstruir concepções preconceituosas e discriminatórias acerca das diferenças e das diversidades. A começar por si mesmo, a olhar e refletir acerca das suas concepções, valores e crenças. Promover

uma educação antirracista, como observa Cavalleiro (2001, p. 159):

Não é tarefa fácil visto que em muitas situações teremos que lutar contra a história oficial, os meios de comunicação, a educação familiar e religiosa, precisamos estar bem atentos para não difundimos visões estereotipadas e preconceituosas não só em relação ao negro mas também aos demais grupos socialmente discriminados.

A história contada do ponto de vista do colonizador reforça as atitudes preconceituosas que são reproduzidas nos meios de comunicação e entretenimento, onde cada vez mais os brancos são valorizados pelas posições sociais que ocupam. Podemos observar, na citação acima, que a educação familiar e religiosa também contribui para a discriminação, visto que família preconceituosa possivelmente a educação dos filhos também será preconceituosa. O preconceito com as religiões de matrizes africanas são sempre evidenciadas, o que nos mostra que a história contada traz forte influência visto que os negros foram proibidos por muito tempo de exercer a sua fé, a fé em seus deuses, pois a eles foi imposto a religião europeia, a religião católica. Daí a necessidade e importância

de uma educação antirracista, de combate ao preconceito e à discriminação, que respeita as diferenças étnicas e culturais existentes na sociedade.

2. PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE CRIANÇAS PEQUENAS

A Educação Infantil é de grande importância no desenvolvimento da criança, pois por meio dela a criança aprende a experimentar o mundo e as suas possibilidades, estabelece relações sociais, desenvolve autonomia e aprende a lidar com as suas emoções. Um dos objetivos da Educação Infantil é a exploração, pois tudo nessa fase é experimento, é um espaço onde a criança expressa os seus sentimentos e valores.

Na escola as crianças são estimuladas, por meio de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, a desenvolverem e exercitarem suas capacidades e potencialidades cognitivas, emocionais, sociais, físicas e motoras. A esse respeito, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil diz que “na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de

situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos.” (BRASIL, 1998, p. 23) Proporcionando, assim, descobertas, explorações e experimentações que fazem com que as crianças se desenvolvam de forma integral.

Cabe ressaltar que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica, assim distribuída: creche – crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade; pré-escola – crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Tendo como principal finalidade, como orienta o artigo 29, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996) É o primeiro contato da criança com o ambiente escolar, momento em que começa a conviver com outras pessoas fora do convívio familiar que até então estava acostumada a conviver. Dessa forma, compreendemos que a Educação Infantil é um momento de suma importância para a criança, daí a importância de ser um ambiente acolhedor para todas, sem distinção de qualquer natureza.

Existe uma crença que na educação infantil práticas racistas e preconceituosas não acontecem, considerando a faixa etária ao qual essa etapa da educação atende, porém uma análise mais atenta revela práticas racistas tão sutis e, na maioria das vezes, veladas que passam despercebidas no cotidiano da escola (ARAÚJO, 2011) e que impactam diretamente na aprendizagem dos pequenos. Como nos chama a atenção Cavalleiro (2001, p. 145):

Um olhar superficial sobre o cotidiano escolar dá margem compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças negras, brancas. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório, à medida que não são encontradas no espaço de convivência das crianças, cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira.

A observação de Cavalleiro nos traz para uma reflexão a respeito da própria organização do ambiente escolar, poucas são as referências de uma diversidade étnico-racial e cultural, visto que os materiais didáticos utilizados, muitos ainda privilegiam a cultura europeia e exclui as demais culturas. O belo, o

inteligente são associados a cor de pele branca, considerando que quanto mais branca mais bela. Concepção essa que corrobora para a ideia de superioridade das pessoas brancas e inferioridade das não brancas.

Precisamos compreender que “a construção da identidade do indivíduo inicia-se na sua infância e vai sofrer influência de todos os referenciais com os quais ele irá se deparar ao longo de sua história, sejam positivos ou negativos”. (MARIOSIA; REIS, 2011, p. 46) Daí a importância de acessarem referenciais em que se percebam de forma positiva, que reforce e valorize a sua cultura e o seu pertencimento étnico. Os profissionais que atuam na escola, em particular os professores, precisam compreender que:

No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições - formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras -, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro (CAVALLEIRO, 2010, p. 84).

Na Educação Infantil, as situações de preconceito e discriminação racial,

geralmente, ocorrem por meio de expressões maldosas que se refere, principalmente, as partes do corpo da criança. O cabelo, o nariz, os lábios, são características físicas que evidenciam a descendência da criança. Características que, nas pessoas negras, são alvo de apelidos pejorativos, xingamentos e humilhações (ARAÚJO, 2011). Quando isso acontece, seja na escola ou fora dela, como observa Nascimento (2001, p. 19):

[...] a criança negra é estimulada por pais e professores a “não ligar” e a não reagir à agressão contida nos apelidos e xingamentos de cunho racial. A criança branca não é punida, e sua atitude agressiva é implicitamente legitimada quando qualificada como 'brincadeira.

Ou seja, acaba não havendo nem uma intervenção ou punição após a agressão. E, isso, leva a criança negra a se silenciar, uma vez que, quase sempre, quando reclama do seu agressor para o adulto, esse diz que é brincadeira e não toma nenhuma atitude, no máximo diz para o opressor que não brinque assim como o amiguinho (ARAÚJO, 2011). E se não há nenhuma intervenção do adulto, a situação tende a se repetir, restando a vítima, segundo Cavalleiro (2001), fingir

que não foi agredida ou que não passou de brincadeiras do colega. Ao não fazer nada, os adultos se tornam cúmplices, assim como reforça e contribui para o sentimento de inferioridade e baixa autoestima da criança que passa por essas situações. Além disso, o preconceito e a discriminação, seja de cunho racial ou de qualquer outro tipo, tem grande impacto no psicológico do sujeito.

No convívio social, inclusive no ambiente escolar da educação infantil, muitas situações preconceituosas e/ou discriminatórias persistem de forma naturalizada entre as crianças, quase sempre, passando de forma despercebidas pelos adultos. Como nos chama a atenção Carranca (2006, p. 19):

Nem sempre a criança discrimina na presença dos profissionais de educação, ou seja, na sala de aula. Ela já entende que a prática discriminatória é um dado negativo e prefere ocultar isso dos adultos. No parque, no pátio, onde os professores não estão, as crianças negras são ofendidas racialmente e até mesmo impedidas de participar de brincadeiras e de tarefas.

Em muitas situações não há uma atenção por parte dos professores e

passam despercebidas ou são vistas como brincadeiras inocentes (ARAÚJO, 2011). Outra situação, que podemos classificar como racista que ocorre nas escolas, são os exageros nos elogios e afetos por parte das docentes e funcionários para com as crianças brancas, de olhos claros e cabelos lisos, enquanto as negras parecem invisíveis aos olhos desses profissionais. Talvez, pelo pensamento errôneo de que as crianças pequenas são alheias e não percebem tais atitudes discriminatórias dos adultos. Segundo Cavalleiro (2010, p. 35):

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em incluí-los positivamente na vida escolar. Interação com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades.

Se a criança branca é constantemente elogiada, paparicada, mimada, enquanto a negra mal é notada na sala de aula, é compreensível que a

criança negra se afaste e se sinta diferente das demais. Quando a criança negra é chamada de “neguinha” ou “aquela de cor” ela é ferida em sua essência e se sente inferiorizada, portanto, a forma como os colegas e os professores se referem as crianças negras merecem muita atenção e cuidado para que não se reforce ideias de superioridade e inferioridade racial, dificultando assim a socialização entre todas as crianças de diferentes pertencimentos étnico-raciais. Ressaltamos o quanto a socialização é importante para o desenvolvimento do sujeito, sendo uma das habilidades comportamentais que a criança precisa desenvolver na educação infantil.

É muito comum, na educação infantil, por parte da criança branca atitude do tipo não querer tocar, não querer ser tocada na hora da fila ou na hora da escolha dos pares para brincar, e dessa forma acaba excluindo a criança negra (ARAÚJO, 2011). Atitudes essas consideradas como falta de afinidades e que, muitas vezes, está relacionada ao preconceito e a discriminação racial. Diante de situações como estas, entender o que está acontecendo é um passo importante para que a escola seja um ambiente harmonioso, acolhedor para

todas as crianças sendo elas brancas, negras, indígenas, pardas, entre outras.

3. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE PRECONCEITO E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No imaginário popular a criança é um ser inocente, incapaz de cometer atos de preconceito e/ou discriminação racial ou de qualquer outro tipo. Engana-se quem pensa dessa forma, a criança é um ser histórico e cultural que se constitui na relação com o outro e com o meio em que está inserido. É verdade que a criança pequena não tem maturidade para elaborar pensamentos racistas, no entanto, plenamente capazes de reproduzi-los e isso tem ocorrido com muita frequência nos espaços de educação infantil, geralmente, visto como brincadeiras inocentes (ARAÚJO, 2011).

Ao se silenciar diante de uma situação de preconceito e/ou discriminação racial ou de qualquer outro tipo, o educador legitima e reforça a reprodução do racismo e das representações sociais estereotipadas e estigmatizantes sobre os grupos historicamente marginalizados e

oprimidos na sociedade brasileira. A escola, enquanto espaço de formação para a cidadania e para o convívio em sociedade precisa estar atenta e intervir em qualquer tipo de situação de opressão entre os envolvidos com o processo educativo. Como veremos nos relatos a seguir, ao perceber qualquer atitude suspeita, o professor precisa mediar o conflito de modo que os envolvidos percebam a gravidade do ato cometido.

Relato nº 1

O caso aconteceu em uma escola da educação infantil pública, entre duas alunas do grupo 5 (crianças de 5 anos de idade). Uma aluna branca fala para a colega negra que não iria brincar com ela porque ela era feia. A forma como foi dito chamou a atenção da professora, que de imediato fez um trabalho de intervenção trazendo o diálogo sobre diversidade e diferença. No primeiro momento a professora falou para a turma que todos somos diferentes, ninguém é igual ao outro, que todas as pessoas são bonitas, cada uma na sua forma de ser, bem como da importância da amizade e união entre todos. Num segundo momento passou a desenvolver atividades lúdicas e trabalhos em grupo. A partir de então, passou a

ficar mais atenta nas relações estabelecidas entre os seus alunos. Para a professora, mesmo sendo crianças tão pequenas, é preciso interferir usando uma linguagem clara, nunca fazer de conta que não ouviu.

Relato nº 2

O caso aconteceu em uma escola privada de classe média alta, também do grupo 5. Uma aluna branca se recusava a brincar com a outra colega de descendência indígena, quando a professora colocava as duas juntas na mesma mesa, ela não aceitava, chorava, reclamava e não ficava no mesmo lugar em que a colega estava. A situação se agravou ao ponto das outras colegas se recusarem a brincar com a colega não branca. Se sentido rejeitada, a aluna discriminada contou para os pais que ninguém queria brincar com ela. Desconfiados sobre o que poderia estar acontecendo os pais conversaram com a coordenadora pedagógica da escola. A qual constatou que se tratava de discriminação racial e desenvolveu um projeto sobre diversidade étnica e cultural, enfocando a questão do preconceito e da discriminação, em que envolveu os alunos e seus familiares.

Relato nº 3

O caso aconteceu em uma escola da educação infantil pública, entre duas alunas do grupo 4 (crianças de 4 anos de idade), e ocorreu na hora do intervalo para o lanche, momento em que as crianças aproveitam para brincar no pátio da escola. Observando as crianças brincando a professora percebeu que um grupo de alunas ficava olhando para a coleguinha negra e davam risada, a qual se encontrava encostada em um canto com um olhar triste. A professora se aproximou e perguntou o que estava acontecendo, porém não conseguiu descobrir. No dia seguinte, a aluna que estava sendo vítima de discriminação racial, não foi para a escola e se passaram duas semanas sem ela comparecer. Diante da ausência da aluna, a professora pediu a direção para verificar com os pais da menina o que estava acontecendo que ela não estava frequentando as aulas. A mãe da menina compareceu a escola e relatou que a filha não estava indo porque as coleguinhas não brincavam com ela, riam dela e diziam que seu cabelo era duro. Segundo relata a professora, foi um choque para ela, pois não acreditava que acontecesse coisas desse tipo entre

crianças de 4 anos de idade. Após o relato da mãe, ouve uma reunião com todos os professores, em que foi narrado o fato acontecido, e outros casos foram relatados pelos docentes. E todos diziam que diante da situação presenciada ficavam sem saber como agir e assim não faziam nada. Depois de um debate acalorado, ficou decidido que seria desenvolvido um projeto sobre consciência negra na escola, envolvendo toda a comunidade escolar e os familiares das crianças. Assim, foram desenvolvidas oficinas de bonecas, contação de histórias. A aluna voltou a frequentar a escola e houve uma mudança expressiva na socialização e interação entre as crianças.

Relato nº 4

O caso aconteceu em uma escola da educação infantil privada, no grupo 3 (crianças de 3 anos de idade). Um pai procurou a professora para relatar que seu filho o havia solicitado que cortasse seu cabelo na máquina, igual ao cabelo dos seus colegas da escola, pois eles ficavam puxando o seu cabelo cacheado e diziam que ele tinha cabelo de menina, que homem não tinha cabelo de menina. Como a professora não tinha notado nada

fora do normal, passou a observar o grupo em que o menino interagia, cabe observar que na turma com 21 alunos tinha apenas dois meninos negros e quatro meninas negras, menos de um terço da turma. Nas primeiras observações, a professora constatou o que a criança tinha relatado aos pais, e percebeu ainda algumas situações em relação a cor da pele. Longe do olhar da professora era comum as crianças referirem-se as crianças negras como: você é preto, você é feio, cabelo duro, cabelo de bombril, entre outras falas de cunho pejorativo. Diante do observado, a professora passou a desenvolver atividades voltadas para a questão da diversidade étnica e cultural do povo brasileiro, dentre essas, a contação de história infantil afro-brasileira. A partir do livro infantil Menina Bonita do Laço de Fita e do livro Cabelo de Lelê, a professora falou sobre os tipos de cabelos, e assim estabeleceu um diálogo de modo a desconstruir os estereótipos pejorativos sobre cabelos crespos e cor da pele. Falou sobre a fibra do cabelo, mostrou fotos de diferentes tipos de cabelos, as diversas formas de penteá-los e a importância de ser feliz como somos e as nossas origens.

Diante dos relatos acima apresentados, podemos observar a

abertura das educadoras em tratar da temática da diversidade de forma a proporcionar a convivência em grupo de forma harmoniosa, assim como na desconstrução de concepções racistas entre as crianças, manifestas por meio de atitude e práticas preconceituosas e/ou discriminatórias. Podemos perceber ainda a necessidade de nós educadoras e educadores discutirmos sobre o preconceito e a discriminação racial no ambiente escolar da educação infantil, o papel da escola na formação de pessoas mais solidárias e comprometidas com o direito de todos ser diferentes e viver em meio a diversidade e as diferenças de forma harmoniosa. No entanto, muitos professores e professoras não se sentem preparados para trabalhar numa perspectiva multicultural e antirracista e, por conseguinte, não sabem lidar diante de uma situação de preconceito e/ou de discriminação racial.

Engana-se ainda quem pensa que no espaço da educação infantil atitudes e práticas racistas aconteçam apenas entre as crianças. Durante os estágios obrigatórios do Curso de Pedagogia, presenciamos cenas que mexeram com o nosso emocional, ambas estudantes negras, que acredita numa educação igualitária, que contempla, respeita e

valoriza a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e da humanidade. Percebemos que, muitas vezes, os discursos dos educadores é um e a prática é outra. Todos afirmam a importância da educação antirracista, mas o tratamento dispensando, por alguns, aos estudantes brancos é diferenciado ao tratamento dispensado aos estudantes negros. Casos como os que iremos narrar a seguir são bastante frequentes no espaço escolar da educação infantil.

Durante os estágios obrigatórios podemos perceber que infelizmente atitudes racistas é algo corriqueiro no espaço escolar, envolvendo não só os estudantes, mas também os professores e funcionários. No início do ano letivo de 2020, com a chegada de novos alunos, a professora ao entrar na sala de aula se dirigiu as meninas de pele branca, cabelos lisos e as elogiavam, chamava as de lindas, abraçava, beijava, era muita afetividade. Mas um detalhe chamava a atenção, em momento algum a professora dispensou um gesto de carinho para com as meninas negras. Essa mesma professora, certo dia, disse para uma menina de cabelos longos e lisos, olhos castanhos, que ela era tão linda que quando tivesse uma filha gostaria que ela fosse como ela. Isso, cabe ressaltar, numa

turma da educação infantil. Pensemos como se sentiam as crianças que não eram notadas, que não eram acarinhadas e nem elogiadas pela professora. A qual em seu discurso falava de afeto, de igualdade, de respeito, mas que no seu cotidiano da sala de aula tratava seus alunos de formas diferenciadas. A uns dava amor e carinho e a outros nenhuma atenção e indiferença.

Outro caso, que podemos classificar como preconceituoso e discriminatório, e que ocorreu numa creche e envolveu uma auxiliar de classe. Ela demonstrava na forma como cuidava das crianças negras a falta de afeto para com elas, diferentemente das crianças brancas, a quem dispensava uma atenção e carinho em demasia. Por que será desse comportamento da auxiliar? Por que será que ninguém nunca lhe chamou a atenção sobre as suas atitudes? Certamente, porque as vítimas eram as crianças negras, que para muitas pessoas só o fato de estar frequentando o espaço escolar já é o suficiente. Mas, se essa auxiliar tratasse as crianças brancas da mesma forma que ela tratava as crianças negras, será que passaria despercebido? É claro que não, de imediato seria chamada a atenção.

Um terceiro caso, ocorreu em uma escola da educação infantil da rede privada. Escola essa em que podemos observar que em seus espaços não havia nada que representassem as pessoas negras. Chegava a ser constrangedor o tratamento diferenciado dispensado pelas professoras as crianças brancas em relação as crianças negras. Era muito afeto para com as crianças brancas e indiferença para com as crianças negras. Tinha uma aluna loira de olhos azuis, em que repetidas vezes a professora falava para a auxiliar que a criança era a mais bonita da escola. Nessa mesma escola foi realizado um projeto de leitura de conto de fadas e cada sala ficou com uma história para apresentar em uma dramatização, tipo um teatrinho, a sala da referida professora ficou com a história de branca de neve e a criança escolhida para o papel de Branca de Neve foi justamente a loira de olhos azuis, em uma sala onde havia outras crianças que fisicamente pareciam mais com as gravuras do livro de história e que caberiam perfeitamente no papel.

A escolha dos brinquedos, como por exemplo as bonecas, é outra questão que merece destaque, em nenhuma das escolas nas quais estagiamos (pública e privada) não encontramos, na

brinquedoteca, nenhuma boneca negra ou com traços indígenas, sempre bonecas loiras, de olhos claros e cabelos longos, de aparência europeia. As crianças negras também traziam as bonecas brancas e quando brincavam sempre diziam “essa sou eu” ou “olha como meu cabelo é lindo.”

O que percebemos é que tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas as crianças negras compartilham da mesma realidade, poucas ou nenhuma referência em que possam se perceberem em suas origens. Invisibilizadas e tratadas com indiferença pelos professores. Vítimas de preconceito e discriminação por parte de seus colegas brancos e até mesmo por parte de seus professores. Enquanto profissionais da educação precisamos estar atentos a tudo que acontece na escola e prontos para intervir nos conflitos que ocorrem no espaço escolar. Mas, antes de qualquer coisa, precisamos nos despir dos nossos preconceitos, para isso precisamos rever nossos conceitos e preconceitos.

4. POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Compreendemos que a escola é um ambiente em que as diferenças e as diversidades se encontram presente interagindo entre si, como já dito, as vezes de forma conflituosa. De certo que em qualquer espaço, em que diferentes sujeitos com concepções de mundo diferente interajam, não há como evitar situações tensas e conflituosas, mas isso não significa que essas situações devam ser concebidas como natural. A escola enquanto espaço de formação precisa estar atenta a tudo que ocorrer dentro do seu espaço e intervir sempre, de modo a promover o diálogo entre os diferentes sujeitos, e com isso evitar o conflito. Não é aceitável que a escola se silencie diante de situação de preconceito e discriminação seja de qualquer tipo, racial, de gênero, religioso, entre outros.

É papel da escola desenvolver ações pedagógicas de promoção das diversidades que compõem a humanidade e a sociedade brasileira, assim como de combate ao preconceito e a discriminação racial. Fomentar ações diversificadas que envolvam docentes, discentes, funcionários, ou seja, toda a comunidade escolar, contemplando, respeitando e valorizando as diversidades e as diferenças. Enquanto espaço de formação para a cidadania, para o convívio em

sociedade, a escola tem uma grande responsabilidade no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial. No reconhecimento, valorização e respeito para com a diversidade étnica e cultural e as diferentes presenças que frequentam o seu espaço. Como pontua Santana (2006, p. 44):

Dependendo da forma como é entendida e tratada a questão da diversidade étnico-racial, as instituições podem auxiliar as crianças a valorizar sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser ou, pelo contrário, favorecer a discriminação quando silencia diante da diversidade e da necessidade de realizar abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras.

O que nós diz Santana, na citação acima, nos leva a inferir que o processo de aprendizagem deve ser desenvolvido levando em consideração os conhecimentos e saberes que as crianças trazem consigo, pois quando não respeitados em sua forma de ser, estar e compreender o mundo, negamos a elas a sua cultura e, por conseguinte, a sua identidade étnica e cultural.

Abrir e abordar dentro das instituições de ensino um diálogo crítico e democrático acerca da diversidade étnica e cultural é essencial para a desconstrução de práticas e atitudes preconceituosas que negam, oprime e inferioriza aqueles e aquelas que são diferentes e que não se enquadram dentro dos padrões sociais previamente estabelecidos. Padrões que valorizam tudo que diz respeito a cultura europeia e inferiorizam as demais culturas. Assim sendo, a ação educativa precisa promover a diversidade e as diferenças, de modo que os estudantes se percebam em suas origens e em suas diferenças.

O que esperamos da escola é que ela ponha em prática uma educação antirracista, em que todos os sujeitos por ela atendidos se sintam contemplados, respeitados e valorizados no seu modo de ser e estar no mundo. E que tem de ser trabalhada desde a educação infantil, pois assim como os adolescente, jovens, adultos e idosos, as crianças também não estão imunes de sofrer ou praticar atitudes racistas (ARAÚJO, 2011). Assim, a escola da educação infantil precisa estar atenta às relações estabelecidas entre as crianças pequenas de modo a intervir em qualquer situação de preconceito e/ou discriminação.

Ao trabalhar numa perspectiva multicultural e antirracista, a escola da educação infantil possibilita a criança uma formação cidadã, em que saiba lidar com as diferenças e com a diversidade. E, assim, torna-se um sujeito ativo e participativo do meio social em que vive, capaz de construir suas próprias opiniões, saber manifestar os seus sentimentos, seus desejos e sonhos, respeitando o outro em suas subjetividades.

Como nos chama a atenção Santana (2006, p. 35):

Independentemente do grupo social e/ou étnico-racial a que atende, é importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaço de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momento para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora.

A partir desse entendimento, compreendemos que a Educação Infantil é um momento onde a criança amplia os seus conhecimentos, as suas relações sociais na interação com outras crianças e com os adultos. Aprende também a se conhecer, conhecer seu próprio corpo, ter uma maior interação com a diversidade étnica e cultural, com o eu, o outro e o nós. Um momento onde ela brinca e se expressar das mais variadas formas, e utiliza de diferentes linguagens para se comunicar. Tudo isso traduz o conhecimento de forma acessível, maior facilidade de se adaptar e se desenvolver de forma intergral.

A aprendizagem, é importante ressaltar, começa muito antes da criança entrar na escola. Nas suas interações com o espaço social onde está inserido, principalemte no meio familiar, ela vai construindo conhecimentos. Os quais levam consigo para o espaço escolar e precisa ser contemplado nas atividades pedagógicas, tanto do ponto de vista intelectual como do ponto de vista afetivo, social e físico.

Enquanto educadores, precisamos compreender que as relações sociais envolvem diferentes concepções de mundo, isto é, de ver e compreender o

mundo, sendo necessário uma ação educativa que contemple o uno e o múltiplo, como nos orienta Nilma Lino Gomes (2003). Mas, para que isso aconteça toda a comunidade escolar precisa estar envolvida e entender que a educação antirracista precisa estar presente no currículo escolar e na prática pedagógica dos professores.

Colares, Gomes e Colares (2010, p. 198) são enfáticos ao afirmar que:

É importante identificarmos as abordagens e estereótipos que desvalorizam as manifestações originárias dos segmentos economicamente excluídos, entre eles os negros e os indígenas como resultado de um processo de naturalização e conservação de uma ordem baseada na apropriação privada dos meios de produção.

Como pontua os autores acima citados, existem várias manifestações culturais e identidades dentro da escola, que nos constitui enquanto ser histórico. Dessa forma, a escola não pode ignorar os sujeitos da ação educativa em sua singularidade e pluralidade, muito menos silenciar, ocultar ou menosprezar as diferenças, sejam elas culturais, étnico-

raciais, de gênero, geracional, entre outras formas de diferenciação social, tampouco naturalizar as desigualdes. É preciso também envolver as famílias dos alunos nas ações educativas, de modo que todos sejam partícipes do fazer e do pensar educacional. Como observa Santana (2006, p. 42):

A relação entre instituição de Educação Infantil e família não existe sem conflito, mas precisa ser encarada e redimensionada na perspectiva do diálogo permanente, por meio da escuta sensível e acolhedora que busca compreender a história de vida das crianças no atendimento de suas necessidades.

Pois, compreendemos que, ao longo do processo de aprendizagem, as crianças passam por diversas fases, visto que o desenvolvimento acontece ao longo da vida, em uma relação que possibilita aprendizagens por meio das experiências as quais entramos em contato. Sendo assim, o que acontece é que muitas crianças reproduzem na escola atitudes que presenciam em casa. Assim, é de suma importância que a família e a escola andem juntas, para promover uma educação de qualidade. O processo de integração família e escola é um caminho

que ambos os lados saem ganhando. A família tem um papel muito importante na vida da criança, pois estipula rotina, acompanha o desenvolvimento e guia no melhor caminho, a escola, por sua vez, apresenta e possibilita diálogo com as diferenças e a diversidade e o pleno desenvolvimento – social, intelectual, afetivo e físico. Ou seja, família e escola tem papel importante na formação integral do sujeito.

A criança ao adentrar o espaço escolar de imediato se vê em contato com a diversidade de sujeitos e culturas que ali se fazem presente, que lhe proporciona novas aprendizagens e novas concepções de mundo, a visualizar novos horizontes. A ação pedagógica desenvolvida na perspectiva antirracista e multicultural possibilita a ela interagir de forma harmoniosa e afetiva, conhecer o outro diferente e se reconhecer como diferente, tão importante para o respeito mútuo. Para a desconstrução de representações sociais estereotipadas e racistas sobre pessoas negras e indígenas e outros grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira. Compartilhamos do pensamento de Santana (2006, p. 35) que:

A discriminação
vivenciada

cotidianamente
compromete a
socialização e interação
tanto das crianças
negras quanto das
brancas, mas produz
desigualdades para as
crianças negras, à
medida que interfere
nos seus processos de
constituição de
identidade, de
socialização e de
aprendizagem.

Nesta perspectiva, a escola tem o papel de formação e construção de valores éticos, e no dia a dia escolar surgem oportunidades de trabalhar o preconceito e à discriminação. No entanto, para lidar com isso é preciso que se perceba e se reconheça a existência do preconceito e da discriminação racial no ambiente escolar e se promova intervenções. É fundamental considerar que esse é um momento de diálogo e de entender o que pode causar atitudes e práticas racistas ou de qualquer outro tipo de preconceito e ou discriminação na vida de uma criança. Entender e considerar que são crianças em formação e que precisam de ajuda e da escuta sensível por parte do adulto.

Como resslata Cavalleiro (2001, p. 149) “a educação anti-racista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento

respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados.” Educação essa necessária para a desconstrução de estereótipos e representações sociais negativas sobre grupos historicamente marginalizados, oportunizando diálogos e saberes múltiplos, em todos os aspectos da vida e da diversidade humana. Não cabe mais a escola trabalhar os conteúdos programáticos do ponto de vista apenas da cultura europeia, negando ou silenciando as demais culturas existentes, assim como valorizando as pessoas brancas e inferiorizando as pessoas não brancas. Enquanto educadores, como nos chamam a atenção Colares, Gomes e Corares (2010, p. 211):

Devemos nos colocar frontalmente contra as perspectivas que abordam a história das chamadas minorias de forma folclorizada e pitoresca. Afinal, a miséria, a segregação, o racismo, bem como a opulência possuem uma história. Desvelar a trama da história é da mais alta relevância para a superação das injustiças sociais.

Precisamos, portanto, nos colocar frente as necessidades e especificidades dos nossos estudantes, independentemente

de pertencimento étnico-racial, cultural e nos posicionarmos contra a história contada pela ótica eurocêntrica, que coloca os sujeitos pertencentes aos grupos historicamente marginalizados em posições subalternas e estigmatizantes. É preciso conhecer e discutir a história com responsabilidade e de forma crítica, rever discursos e conteúdos que apresentam esses sujeitos de forma negada, inferiorizante e que reforça uma imagem estereotipada. Conhecer e refletir acerca da história dos povos que foram inferiorizados e excluídos e que hoje fazem parte de uma população que ainda é vitimada pelo racismo enraizado na sociedade.

Efetivar a lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 no cotidiano das ações pedagógicas das escolas implica em debates, reflexões, que possam contribuir para construção de uma sociedade que entende e respeita as diversidades e combate o racismo, às discriminações e preconceitos introduzidos e reproduzidos no decorrer da história e da educação brasileira. Uma vez que, como observa Gomes (2003, p. 73), “avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e

de uniformização que ainda impera no campo educacional”.

Compartilhamos do pensamento de Gomes (2001, p. 91) quando afirma que “possibilitar o diálogo entre as várias culturas e visões de mundo, propiciar aos sujeitos da educação a oportunidade de conhecer, encontrar, defrontar e se aproximar da riqueza cultural existente nesse ambiente é construir uma educação cidadã”. O diálogo com a diversidade étnica e cultural abre possibilidade para compreender e conhecer o eu, o outro e o nós, nas nossas singularidades, formas de ver e compreender o mundo. E, assim, compreendermos que não somos iguais e que não devemos reduzir a diversidade numa tentativa de homogeneização.

Todos nós cidadãos e cidadãs brasileiros, em particular nós educadores e educadoras, precisamos entender que, como observa Silva (2010, p. 55), “reconhecer o passado histórico e a cultura dos diversos povos é um passo importante para o acolhimento das diferenças, no sentido de permitir uma participação ativa desses povos nos bens econômicos e de prestígios, na nação onde estão situados”. Ou seja, entender que a sociedade brasileira é composta de uma grande diversidade étnica e cultural e que, insistimos, precisa ser

contemplada, respeita e valorizada no currículo escolar e na ação educativa.

Precisamos entender também que “a luta pelo direito e pelo reconhecimento das diferenças não pode se dar de forma separada e isolada e nem resultar em práticas culturais, políticas e pedagógicas solitárias e excludentes”. (GOMES, 2003, p. 71) Todas as pessoas são diferentes e precisam ser respeitadas em suas diferenças, pluralidades e singularidades. O preconceito e discriminação são questões de ordem social, política e educacional e precisam ser discutidas em todos os setores da vida em sociedade. Sendo assim, a escola não pode se silenciar diante dessas questões. Logo, precisa promover práticas pedagógicas que contemple o uno e o múltiplo como bem nos chamou a atenção a referida autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo, na maioria das vezes, manifesto por meios de pensamentos e atitudes preconceituosas e/ou discriminatórias, assim como em todos os espaços da vida em sociedade, também está presente na escola. Uma problemática que está em aberto e longe de uma solução. Há muito que se refletir e

desenvolver ações de intervenção e promoção da diversidade étnica e cultural no contexto escolar e fora dele.

O estudo, grosso modo, evidenciou que o racismo na educação infantil ocorre de várias maneiras, desde as relações interpessoais entre as crianças, ou dos adultos para com as crianças negras. No que diz respeito as relações sociais entre os pequenos, é na hora da brincadeira que mais ocorrem situações de preconceito e/ou discriminação racial, quando, por exemplo, uma criança branca não gosta de pegar na mão da criança negra na hora da fila para o lanche, ou quando um grupo de meninas brancas brincam juntas, enquanto a negra brinca sozinha, afastada das outras. Essas situações pode ser um indício de preconceito e de discriminação. Outra situação se refere a demonstração de afeto das professoras para com as crianças brancas diferentes de como tratam as crianças negras.

Observamos ainda que nas escolas da educação infantil há uma ausência de referências da história e culturas africanas, afro-brasileira e indígenas, uma super valorização de elementos culturais europeus e um silenciamento da cultura negra. Currículos escolares que não contemplam a temática étnico-racial, livros didáticos que retratam as pessoas

negras de forma estereotipada e/ou em situações de inferioridade.

Preconceito e discriminação racial são construídos pela sociedade em que habitamos e para erradicá-lo é preciso promovermos ações coletivas, e isso pode ser feito dentro da escola envolvendo toda a comunidade escolar, ensinando o aluno a se colocar no lugar do outro e enxergar que, apesar das diferenças, todos somos seres humanos e merecemos respeito. Entendemos que a educação não é a redentora das mazelas sociais, mas é uma possibilidade de uma ação educacional e social transformadora. Portanto, cabe a todos os sujeitos lutar pela justiça social e pelos direitos igualitários.

As experiências vivenciadas pelas professoras nos fazem refletir sobre uma temática muito atual. Embora o tema em questão ainda seja visto com descrédito por alguns docentes que dizem que não ocorrem situações de preconceito e/ou discriminação racial entre crianças pequenas, conhecer e analisar os relatos aqui apresentados foi um processo bastante enriquecedor. Além da experiência, do olhar respeitoso pelo modo de pensar das professoras expresso nos relatos voluntários, que giraram em torno de práticas educativas dentro de suas respectivas instituições, preocupadas

com a socialização e com o preparo das crianças para uma sociedade em que o preconceito e a discriminação vêm progressivamente crescendo, aponta para a urgência e necessidade de repensarmos as práticas educativas dentro dos ambientes escolares em que atuamos.

Para que a educação antirracista se efetive no cotidiano escolar, é necessário a mudança de pensamentos e atitudes racistas. Para isso, a escola precisa contemplar em seu currículo e nas suas ações pedagógicas a diversidade étnica e cultural que compõem a nação brasileira e a humanidade. Nós educadores e educadoras precisamos ser conscientes da pluralidade cultural existente no ambiente escolar e que discutir as temáticas referentes as questões raciais deve ser um compromisso de todos nós, não apenas dos docentes comprometidos

com a temática da diversidade étnica e cultural.

Enfim, como já foi dito, as atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas ferem as crianças e causam danos irreparáveis no seu desenvolvimento, logo, a escola tem um papel importante em fazer cumprir a lei 10.639/03 e da lei 11.645/08, pondo em prática uma educação das e paras as relações étnico-raciais, isto é, uma educação antirracista. A sociedade em geral tem a responsabilidade de denunciar o racismo e a discriminação para com grupos e pessoas. O comprometimento de todas as pessoas é imprescindível no enfrentamento as atitudes e práticas racistas, sexistas, machistas entre outras formas de opressão que permeia a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. O trato pedagógico dispensado pela escola da Educação Infantil a diversidade étnica e cultural que frequenta o seu espaço. XX EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. **Anais...** Manaus, UFMA, 2011.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. Por uma educação das relações étnico-raciais. # **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A efetivação da Lei 10.639/03 na percepção dos militantes/ professores negros baianos. Disponível em: **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 216-232, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume 1. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998

CARRANCA, Flávio. É possível trabalhar a inclusão reconhecendo a diversidade racial. **Revista Criança**: do professor de educação infantil. n.º. 04, dez. 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

COLARES, Anselmo Alencar; GOMES, Marco Antonio de Oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 38, p. 197-213, jun., 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. S. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. pp. 83-96.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.. **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

MARIOSIA, Gilmar Santos; REIS, Maria da Glória dos. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Est. Literária**, v. 8, p. 42-53, dez./2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Elaine (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001, p. 115-140.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Educação Infantil. In: BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p. 30-49

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.